

Carlos Chagas

Parlamentarismo branco é racismo criminoso



BRASILIA - Quem fulminou essa história de parlamentarismo branco, em alta na semana passada, foi o dr. Ulysses. Com sua malícia permanente, ele disse que os defensores da ideia deviam ser todos presos, condenados a penas de reclusão, inafiançáveis e imprestáveis. For que? Porque o número 42 do artigo quinto da Constituição condena o racismo desse jeito. E será nada menos do que racismo pregar o parlamentarismo branco. For que não o preto? Ou o mulato? Quem sabe o amarelo?

Nas horas de crise aparecem todos os tipos de solução. As racionais e as velhacas. Eis aí um exemplo de corpo inteiro desse último tipo. Querem, com o "parlamentarismo branco", que antes mesmo do plebiscito, antes que o povo se decida a respeito do sistema de governo e antes que o Congresso dê forma ao pronunciamento popular, obrigar o presidente Fernando Collor a abrir mão de seus poderes presidenciais e dividir com o Congresso e os partidos atribuições que, pela Constituição, são apenas dele.

Isso não é entendimento, muito menos união nacional. Significa velhacaria. Golpe. Tentativa de se aproveitar da crise para tirar proveito próprio.

O que resolve de fato

Parlamentarista convicto, o dr. Ulysses vê por outro ângulo a saída no fim do túnel. Está certo de que o parlamentarismo será melhor sistema do que o presidencialismo, ainda que não venha a servir para acabar com o desemprego, a inflação, a precariedade das escolas ou a falta de hospitais. Essas coisas só desaparecerão com muito trabalho e sacrifício. Mas o parlamentarismo, para ele, ensinará maiores espaços

para o debate, a definição de fórmulas adaptadas aos tempos modernos e um aprimoramento institucional. Frega a antecipação do plebiscito, para abrir do ano que vem e espera que, numa campanha ordenada e alta, os parlamentaristas venham a convencer o eleitorado de estarem sustentando a melhor opção. Não um plebiscito contra ou a favor do governo Collor, mas a respeito do sistema de governo.

Começa pelo noivado

Se aprovado o parlamentarismo acrescenta o deputado por São Paulo, estaria na hora de uma transição, mas nada que atinge os poderes do presidente, que devem ficar intactos até 31 de dezembro de 1994. A mudança, porém, deveria seguir o exemplo da mais antiga das instituições planetárias, a família. For quê? Porque para a formação da família, faz muito que existem preliminares absolutos. O namoro, primeiro. O noivado, e uma apresentação de compromissos em seguida. Depois, o casamento.

Acredita o Dr. Ulysses que, aprovado o parlamentarismo, terá chegado o momento do noivado. Os noivos, no caso, o Congresso e a opinião pública, precisarão saber que tipo de apartamento vão alugar para morar. Que móveis comprarão? Vão ter cachorro ou não? Quantos filhos imaginam? Vão trabalhar os dois? Assim por diante. Essa transição contaria, é claro, com a colaboração do atual presidente, mas em nada arranharia sua autoridade, já que se faria após a decisão popular e conforme roteiro por ele aprovado.

O auto-exílio de Ulysses

O dr. Ulysses está acima e além dos julgamentos comuns. Tem todo o direito de pensar assim, pelos serviços que prestou à Democracia e às instituições ao longo da resistência contra a ditadura e, mais tarde, no primeiro governo da nova República. Fode estar cometendo um erro ao aderir de corpo e alma ao sistema parlamentar, mas ninguém o condenará por isso. Faria como um arcanjo sobre o comum dos mortais.

Se vier o parlamentarismo, estará pronto para continuar. Mas vai aqui uma revelação que ele não faz, embora transpareça de cada ato ou cada comentário seu: se o eleitorado optar pelo presidencialismo, o velho considerará encerrada sua missão na vida pública. Não se candidatará à reeleição. Mas irá, com toda certeza, para uma "colombey-les-de-aux-eglises", à espera dos acontecimentos.

Collor cresce em Constituição modificada antes do recesso

BRASILIA - O presidente Fernando Collor, o ministro da Justiça, Jarbas Fagundes, e o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PT-MG) acreditam que o Congresso possa aprovar, até o dia 15 de dezembro, pelo menos cinco emendas à Constituição e projetos de lei que o governo considera fundamentais para a modernização do país. Collor está particularmente preocupado com as notícias de que o governo retirará o caráter de urgência e relevância da reforma constitucional, e esse foi um dos motivos que o levaram a visitar o deputado Humberto Souto em sua casa, na tarde de sábado (2).

Além de se solidarizar com Souto, acusado de intermediar verbas para prefeituras de Minas Gerais, Collor quis saber como estava a tramitação do Emendão e de outros três projetos específicos: o que regulamenta os portos, o de concessões do serviço público, de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e o que regulamenta a concessão de patentes. Segundo Souto, o presidente acha que a aprovação desses projetos será uma sinalização importante para o mundo, de que o Brasil não está apático, indiferente ao que acontece ao seu redor.

Embora faltem apenas 45 dias para o recesso parlamentar, a avaliação feita por Souto a Collor foi otimista: Já nesta semana as comissões técnicas do Congresso podem aprovar a parte do Emendão referente à modernização da



Collor confia nos trabalhos

economia e ao ajuste fiscal. Nos próximos dias, de acordo com o deputado, os projetos dos portos e concessão de serviços públicos também devem ficar prontos para serem submetidos ao plenário, enquanto a comissão especial criada para analisar a lei de patentes pode deslanchar seus trabalhos.

A maior preocupação de Humberto Souto, no momento, é com a lei de orçamento da União, cuja votação pode atrasar e prejudicar a tramitação das demais matérias. O líder governista não tem dúvidas de que o presidente Fernando Collor convocará extraordinariamente o Congresso, na hipótese de os parlamentares não conseguirem cumprir a pauta. "Se for necessário, o presidente examinará essa hipótese", disse o deputado.

FORÇA E FE - Como costuma fazer no final das manhãs de domingo, o presidente Fernando Collor correu ontem 5 quilômetros no Bosque de Eucaliptos próximos à Casa da Dinda (Lago Norte). O percurso foi cumprido por Collor e seus dois acompanhantes - o deputado federal Paulo Octávio (PMN-DF) e o piloto de Fórmula 1, Carlos Bionetti - em 25 minutos. O presidente correu vestindo a camiseta com a inscrição "Brasil, bote força, bote fe".

Após retornar às 12h15, o presidente distribuiu autógrafos, posou para fotografias ao lado de turistas e recebeu uma rosa amarela da brasileira Verona Caravieri, 18 anos. Collor não falou com os jornalistas. A pedido do presidente, os seguranças convidaram todas as crianças para entrarem no jardim da Casa da Dinda. O deputado Paulo Octávio, que tomou café da manhã com Collor, afirmou que o presidente estava bem-humorado e otimista quanto ao "futuro do país".

Collor só não demonstrou bom humor ao ser abordado por uma aluna de Fátima Costa, autora de um abaixo-assinado com 829 assinaturas contra dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Não seja contra o estatuto", disse Collor, mulher, que foi impedida pela segurança de se aproximar do presidente. Além de apresentar o abaixo-assinado, Rosângela pretendia também, segundo disse, pedir a Collor, quando ele estiver em estudos de suas duas filhas.

Exército arma guerra contra Roberto Marinho e seu jornal

BRASILIA - O Exército iniciou a montagem de um processo que poderá desabar na Justiça. Segundo oficial ligado ao gabinete do ministro Tinoco, a força pretende defender a honorabilidade da instituição. Principalmente porque o empresário Roberto Marinho não apresentou, na carta que enviou ao ministro Carlos Tinoco, nenhum dado concreto, segundo eles, que sustente a denúncia publicada no jornal *O Globo*, de sua propriedade, a respeito das irregularidades na compra de uniformes pelo Exército.

"A honorabilidade está em jogo", afirmou o militar. Ele explicou que uma segunda etapa do confronto Exército-*O Globo* deverá passar pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU), que no dia 13 julga a regularidade da licitação.

A terceira etapa desse jogo de xadrez está numa decisão tomada na segunda-feira pelo general Iris Lustosa de Oliveira, chefe do Departamento Geral de Serviços (DGS) e que responde pela licitação das fardas. Ele pediu, e foi atendido pelo ministro, para antecipar uma auditoria do Ministério no processo de concorrência.

Com a decisão do TCU, da auditoria interna do Ministério e a carta de Roberto Marinho, acreditam os militares. Tinoco estaria pronto para ir à Justiça. "Houve denúncias e o ministro quis saber mais dados para tomar decisões cabíveis", afirmou um oficial. "O Roberto Marinho", diz, "confirmou em sua

Ministro pretende defender honra da Força na Justiça

carta que não há dados concretos publicados nas reportagens de *O Globo*.

Um vídeo, com duração de uma hora e 40 minutos, foi realizado pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), com entrevista do general Iris Lustosa sobre a licitação dada na sexta-feira em Brasília. Esse vídeo está sendo mostrado nas unidades do Exército. Foi a maneira encontrada para dar resposta a uma crescente pressão da tropa sobre a cúpula.

Um sentimento de indignação, segundo explicaram oficiais,

criou um espírito de corpo contra as denúncias. Para eles, tudo já foi esclarecido pelo ministro Tinoco no Congresso - na terça-feira, quando participou na Comissão de Defesa Nacional.

O ministro, contudo, faz silêncio e somente emite opiniões através de notas oficiais. A quinta nota emitida desde o início do episódio na sexta-feira - e assinada pelo general Nivaldo Neves de Oliveira Bastos, chefe do CCOMSEX - diz que ficou claro que *O Globo* alem de insistir em denúncias infundadas, não mostrou qualquer interesse em colaborar com o nosso propósito de buscar o completo esclarecimento da acusação que fez.

O presidente Fernando Collor insinuou que não achou satisfatórios as explicações do ministro Carlos Tinoco sobre a acusação de superfaturamento na licitação para compra de fardas no Exército. Em entrevista na saída do Falcão do Planalto, Collor disse que está "aguardando os resultados" e afirmou que o Tribunal de Contas da União está realizando para depois opinar, e lembrou que irá basear-se no parecer do TCU para "adotar posição adequada".

Contaminação por céso

Instituto do Câncer ameaça enfermeiros

Felo menos oito enfermeiros que trabalham no setor de radioterapia do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apresentam problemas de saúde, por trabalharem sem habilitação com fontes radioativas no tratamento de câncer. Entre as doenças dos enfermeiros está queda significativa do número de glóbulos vermelhos no sangue (anemia) e tuberculose óssea. A denúncia é do Conselho Regional de Enfermagem do Rio.

O Conselho entrará esta semana com processo na Justiça contra a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) por permitir que enfermeiros e auxiliares de enfermagem sem habilitação estejam operando no hospital com fontes de céso-137 (elemento radioativo) no tratamento de pacientes com câncer de colo de útero. Hoje o Conselho pretende tornar público o relatório de uma sindicância administrativa que constata o problema.

A enfermeira Magali de Souza Figueiredo, de 36 anos, disse que recebeu doses altas de radiação. Também enfermeira Maria José Moraes Gabriel, de 47, está com anemia profunda. Foi afastada do Inca e responde a inquérito administrativo por ter-se recusado a continuar trabalhando com as fontes de céso-137, depois de adoecer e denunciar o caso ao Conselho.

O presidente do Conselho Regional de Enfermagem, enfermeiro e sanitarista Grazieli Noves Barbosa, denunciou que a Cnen não fiscaliza os equipamentos. Informou, ainda, que recentemente a comissão expediu um fax orientando que enfermeiros podiam operar com tais fontes. Segundo Grazieli, entretanto, a direção da Cnen baixou uma resolução

em 1988 onde não consta que enfermeiros estejam aptos a operar com esses equipamentos, mas apenas médicos, físicos e químicos. Ele entende que isso é, no mínimo, uma contradição técnica.

Além de processar a Cnen, Grazieli disse que recorrerá à Justiça para que a comissão realize uma ampla pericia no quarto andar do Inca, onde funciona o setor de radioterapia. Temos inúmeros casos de pessoas com problemas de saúde. Até quando essa situação permanecerá questionável?

Maria José Gabriel contou que passou a sofrer uma série de problemas depois que denunciou ao conselho as precárias condições de trabalho em radioterapia do hospital. Trabalhamos sem capacite de proteção, sem roupas apropriadas e sem luvas com blindagem protetora, reclama Maria José. Recentemente, por pressão dos funcionários, a direção colocou um capacete à disposição, mas os enfermeiros continuam manuseando as fontes sem luvas ou vestuário próprio.

A enfermeira denuncia, também, que não há inspeção periódica nos dosímetros (aparato que mede o nível de radiação no ambiente) e o corre que serve de depósito para guardar as fontes estava rachado. Além disso, os quatro outros eram guarda dos dosímetros ficava dentro do setor de radioterapia, o que é contra-indicado.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Enfermagem, a direção da Cnen também não exige exames de sangue periódicos dos funcionários da radioterapia. "Fazemos por conta própria. E um despesa total, denuncia Maria José.

Saída para a crise leva Tasso e Serra ao México

FORTALEZA - O presidente Nacional do FSDB, o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, de 43 anos, partirá na quarta-feira (06) para o México acompanhado do líder do seu partido na Câmara, deputado federal José Serra. Eles viajarão para se encontrar com o ministro da Fazenda mexicano, Francisco Gil Diaz.

Jereissati e Serra terão dois dias para conhecerem o plano de estabilização econômica do México, principalmente suas ações no combate à corrupção, incentivo de entrada de novo capital no país, mantendo estatizados apenas o petróleo, petroquímica básica, parte da mineração, sistema financeiro e comunicações telefônicas. O ex-governador prevê que a viagem será muito proveitosa, porque a experiência mexicana vem dando resultados práticos. Ele também estará passando o próximo final de semana em Nova Iorque, onde manterá contatos com empresários americanos.

O presidente do FSDB afirmou ainda que não existe possibilidade de aliança com o FMDB no Congresso.

Sequestradores libertam mulher de comerciante

Luiza Leite dos Reis, de 48 anos, foi libertada no final da noite de sábado na Rodovia Presidente Dutra, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Ela ficou 24 horas em poder dos sequestradores que levaram também seu marido, o comerciante português Agostinho Faes Reis, de 47. Os dois foram sequestrados às 23h40 de sexta-feira, logo depois de deixarem a padaria Estrada Solitária, no distrito de Miguel Couto, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. O carro do casal, o Escort placa UM-1700, foi encontrado na manhã de sábado na Rua Horácio Nelis, em Itaboraí, na Zona Norte.

De acordo com informações de policiais da divisão anti-sequestro, Luiza foi libertada porque teve problemas cardíacos e para a família possar arrumar US\$ 50 mil (R\$ 32,7 milhões) para pagar o resgate do marido. No primeiro contato com a família, na manhã de sábado, os sequestradores exigiram US\$ 500 mil (R\$ 313 milhões) para permitir que reduzissem o valor depois que souberam que o comerciante é apenas o sócio minoritário da padaria e mora numa casa de vila na rua Camila Cesar, 96, no centro de São João de Meriti.

Exame diz que filho de Jabes não usa drogas

FORTO VELHO - Os exames toxicológicos feitos em amostras de sangue e urina do filho do deputado Jabes Rabelo (sem partido-RO), J.R., de 14 anos, concluíram que ele não é consumidor de maconha e cocaína. J.R. fez o exame depois de ter sido acusado pelo assassinato da menina Alexandra da Silva, de 14 anos. O crime ocorreu na casa do deputado em Coacal, interior de Rondônia, no dia 16 de outubro, quando os dois brincavam com um revólver e J.R. disparou um tiro que atingiu Alexandra. Exames feitos nas vísceras da menina indicaram que ela consumia maconha. E J.R. é suspeito de tê-la induzido ao uso.

Mas as perícias encarregadas do exame observaram que o sangue encaminhado ao Instituto Médico Legal continha anticoncepcional, contrariando as regras básicas de coleta de material.

Deputados vão receber milhões de Pernambuco

RECIFE - A Procuradoria Geral de Pernambuco deu parecer favorável para que o governo do estado, quando os dois brincaravam com um revólver e J.R. disparou um tiro que atingiu Alexandra. Exames feitos nas vísceras da menina indicaram que ela consumia maconha. E J.R. é suspeito de tê-la induzido ao uso.

Mas as perícias encarregadas do exame observaram que o sangue encaminhado ao Instituto Médico Legal continha anticoncepcional, contrariando as regras básicas de coleta de material.

O sistema de previdência criado para atender os aposentados permitia que eles se aposentassem com apenas oito anos de mandato. Quando foi extinto no ano passado, o Feppa continuou beneficiando os parlamentares que já tinham recebido a aposentadoria. Mas deputados e vereadores, que ainda não haviam adquirido o tempo mínimo exigido para receber o benefício, perderam o dinheiro que já tinham pago ao Feppa.